

Dia do Produtor Rural

Caderno Especial do Jornal do Comércio | Porto Alegre, terça-feira, 28 de julho de 2026

WENDERSON ARAUJO/CNA/DIVULGAÇÃO/JC

Produtor rural gaúcho mostra resiliência frente a desafios

Agronegócio segue como pilar da economia do Rio Grande do Sul, mas custos crescentes, retorno financeiro limitado e impacto do clima na lavoura dificultam avanços e investimentos em propriedades no campo



Financiamento

Desempenho melhor de grãos dá ânimo ao produtor, mas preços em alta são desafio

Setor busca recuperação após perdas provocadas por eventos climáticos extremos e pelo endividamento

Ana Esteves

O agronegócio gaúcho enfrenta em 2026 um cenário econômico desafiador e chega ao Dia do Produtor Rural, celebrado em 28 de julho, com poucos motivos para comemorar. A combinação entre o aumento dos custos de produção e preços das commodities pressionados, reduzindo a margem do produtor, ocorre em um momento em que parte do setor ainda busca recuperar a capacidade financeira, após sucessivas perdas provocadas por eventos climáticos extremos e pelo endividamento dos produtores.

Dados do relatório mensal dos Índices de Inflação do Agronegócio do Rio Grande do Sul, divulgado em junho pela Assessoria Econômica da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), mostram que o Índice de Inflação dos Custos de Produção (IICP) registrou variação positiva de apenas 0,04% em maio, enquanto o Índice de Inflação dos Preços Recebidos pelos Produtores Rurais (IIPR) apresentou retração de 1,98%, interrompendo a sequência de altas, observada nos meses anteriores.

O economista-chefe da Farsul, Antônio da Luz, diz que os custos de produção apresentaram relativa estabilidade nos últimos meses, mas o cenário tende a mudar no segundo semestre em razão da alta do petróleo no mercado internacional que exerce influência direta sobre produtos derivados, como fertilizantes nitrogenados, especialmente a ureia, e também impacto indireto sobre praticamente toda a cadeia produtiva, ao elevar os custos de transporte, logística e industrialização dos insumos agrícolas.

“A alta do petróleo chega até a fazenda, pois quando sobe o custo da energia e dos combustíveis, aumenta o preço para produzir, transportar e entregar os insumos ao produtor”, explica Luz. Na avaliação do economista, os reflexos dessa elevação devem começar



TÂNIA MEINERZ/JC

Soja, milho e outras commodities tendem a apresentar desempenho melhor no próximo ciclo, avalia Farsul



ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO/JC

Augusto Alvim



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Antônio da Luz

a aparecer de forma mais intensa entre os meses de setembro e outubro, justamente no período em que os agricultores realizam as compras para a safra de verão.

Para Augusto Alvim, economista e professor da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica (Pucrs), a crise do agronegócio gaúcho é estrutural e se materializa de forma diferenciada conforme o tipo e a escala de produtor, criando uma dinâmica intrarregional de fragmentação. “Grandes

produtores capitalizados absorvem custos crescentes via escala, médios e pequenos agricultores familiares, frequentemente em áreas de maior fragilidade (encostas, solos degradados), enfrentam margens comprimidas que impedem renovação tecnológica”, avalia.

Apesar das dificuldades, a expectativa para os preços internacionais das commodities agrícolas é mais positiva do que a observada em 2025. Na avaliação do economista da Farsul, soja, milho e outras

commodities tendem a apresentar desempenho melhor no próximo ciclo, permitindo uma recuperação da margem operacional das propriedades. “O produtor deverá ter uma margem bruta superior à do ano passado. Os preços tendem a subir mais do que os custos de produção”, avalia.

Entretanto, essa melhora não deve se refletir integralmente na renda líquida dos produtores gaúchos. Isso porque o elevado endividamento acumulado após sucessivos eventos climáticos extremos faz com que uma parcela significativa da receita seja destinada ao pagamento de juros e amortização de financiamentos. “O grande problema hoje não é mais a margem bruta, mas a líquida. O produtor gera resultado operacional, mas boa parte desse dinheiro acaba comprometida com o serviço da dívida”, afirma.

Outro fator que amplia a insegurança do setor é o atraso na regulamentação do Plano Safra 2026/2027. Embora o programa

tenha sido anunciado pelo governo federal, até o fechamento desta edição, as normas operacionais ainda não haviam sido publicadas. Sem essas regras, as instituições financeiras não conseguem operacionalizar as linhas de financiamento, retardando o acesso dos produtores ao crédito justamente na fase de aquisição de fertilizantes, sementes, defensivos e demais insumos.

“O produtor está perdendo tempo. Estamos praticamente um mês após o lançamento do Plano Safra e muitas operações ainda não podem ser contratadas porque faltam as normativas”, afirma. Segundo Luz, essa demora ocorre justamente em um período decisivo para o planejamento das lavouras de verão, podendo afetar o ritmo das compras e até o custo final da produção. Para a Farsul, a recuperação econômica do campo dependerá de um conjunto de fatores: funcionamento efetivo do Plano Safra, ampliação do acesso ao crédito, solução para o endividamento acumulado, estabilidade dos custos de produção e condições climáticas favoráveis.

Expediente

Editor-chefe: Guilherme Kolling | Editores-executivos: Fernanda Crancio e Mauro Belo Schneider | Subeditora de Cadernos Especiais: Bruna Suptitz | Reportagem: Ana Esteves e Claudio Medaglia | Diagramação: Gustavo Van Ondheusden, Ingrid Müller e Alice Marques

Clima

Eventos climáticos extremos comprometem produtividade e ampliam gargalos do agro

Chuvas em excesso ou secas prolongadas impactam financeiramente as propriedades rurais

Ana Esteves

Além dos desafios financeiros, o clima permanece como uma das principais preocupações do setor agrícola, pois, após enfrentar anos marcados por estiagens provocadas pelo La Niña e pelas enchentes associadas ao El Niño, os produtores rurais convivem agora com um cenário de chuvas intensas que voltam a comprometer as lavouras. Embora a intensidade dos impactos varie conforme a região e o estágio de desenvolvimento das culturas, a recorrência de eventos extremos impede a recuperação financeira do setor e aumenta a vulnerabilidade da produção agrícola.

A repetição de eventos extremos

redefine a dinâmica de juros, oferta de crédito e seguros agrícolas: os juros subiram conforme bancos precificam maior risco, seguros de safra dobraram de custo e limites de crédito foram reduzidos.

“Seguradoras simplesmente recusam cobertura em áreas de alto risco e as instituições financeiras se concentram em grandes produtores e, sem capacidade de investir em infraestrutura de resiliência, pequenos e médios produtores descapitalizam progressivamente”, afirma o economista e professor da Escola de Negócios da Pucrs, Augusto Alvim.

Segundo o assistente técnico em culturas da Emater/RS, Alencar Rugeri, o Rio Grande do Sul vive uma sequência de adversidades que se sobrepõem e dificultam a recuperação da atividade rural. “O problema não é um único evento, mas um conjunto de fatores. Vieram as enchentes, depois a queda dos preços das commodities,

produtores descapitalizados, custos elevados para fazer investimentos e agora novamente episódios de chuvas intensas. Esse conjunto torna a recuperação muito mais difícil”, afirma.

Rugeri acrescenta que entre os impactos das chuvas intensas nas lavouras está a perda da qualidade física do solo que leva à redução da produtividade das culturas. Quando grandes volumes de água se concentram em poucas horas, ocorre erosão, perda de nutrientes, assoreamento e destruição parcial da estrutura do solo. O resultado é uma menor capacidade de infiltração da água, aumento do escoamento superficial e redução da produtividade das lavouras. Segundo ele, mesmo propriedades que adotam práticas conservacionistas sofrem quando os volumes de chuva fogem completamente dos padrões históricos. “Em algumas regiões havia terraceamento e outras práticas de conservação, mas os volumes foram

tão elevados que acabaram rompendo essas estruturas”, diz.

Embora não exista uma solução capaz de eliminar completamente os prejuízos causados por eventos extremos, a Emater defende que parte significativa das perdas pode ser reduzida por meio do manejo conservacionista do solo, como a manutenção permanente da cobertura vegetal, rotação e sucessão de culturas, plantio em nível, descompactação do solo e sistemas eficientes de terraceamento. Segundo Rugeri, essas práticas aumentam a infiltração da água, reduzem a erosão e melhoram a capacidade do solo de suportar tanto períodos de estiagem quanto de excesso de chuva. “Solo coberto o tempo inteiro é uma condição fundamental. Quanto melhor for a estrutura do solo, maior será sua capacidade de enfrentar tanto a seca, quanto os períodos de chuva intensa”.

Além do monitoramento das lavouras, a Emater desenvolve atualmente



Alencar Rugeri

um amplo levantamento sobre a qualidade dos solos agrícolas do Estado. O estudo reúne cerca de 100 mil análises regionalizadas e deverá servir de base para identificar os principais problemas físicos e químicos das áreas agrícolas, orientando futuras políticas de recuperação da fertilidade e conservação.

Segundo Alencar Rugeri, o levantamento permitirá um diagnóstico detalhado da situação dos solos gaúchos após anos de eventos climáticos extremos. “O diagnóstico mostrará onde estão os principais problemas. A partir daí será possível definir estratégias mais eficientes para recuperar a capacidade produtiva das diferentes regiões”, diz.

Conteúdo produzido pelo Núcleo-i para Sicredi
Conteúdo multimídia patrocinado

Sucessão no campo com apoio do cooperativismo

A família Bandeira, de Ajuricaba, atua há 29 anos no agro-negócio, com produção de soja, milho, trigo, aveia, canola e leite. Formado por seis integrantes, o grupo é associado ao Sicredi há 27 anos. O produtor Mauricio Bandeira relata que o processo de sucessão familiar teve origem no exemplo dos pais, também agricultores. Segundo ele, “desde a formação da própria família, em 1997, houve o incentivo para que os filhos permanecessem na atividade, com foco em compromisso, respeito aos recursos naturais, ética e responsabilidade”.

Atualmente, o filho mais velho, Matheo, ao lado da esposa Jessica, dá continuidade ao negócio. De acordo com Mauricio, a nova geração mantém os valores familiares e incorpora inovações e tecnologias à produção. O produtor destaca, no entanto, desafios no processo sucessório. “Está muito difícil seguir com a sucessão familiar, porque as famílias estão ficando menores, e muitas vezes os filhos saem para estudar, escolhendo outras profissões menos trabalhosas, optando por não

seguir o negócio familiar”, explica. Outro desafio para seguir a sucessão, conforme Matheo, são os limites entre a relação familiar e a relação profissional.

Para a família, a participação das novas gerações contribui para a modernização da atividade rural, especialmente pelo domínio tecnológico. “Vemos que as novas gerações vêm trazendo inovações para o campo”, afirma Matheo. Na avaliação dos Bandeira, o cooperativismo e o Sicredi têm papel relevante ao viabilizar investimentos, apoiar a realização de projetos e fortalecer a permanência dos jovens no meio rural, com mais segurança e perspectiva de crescimento.

Protagonista no desenvolvimento rural do RS

No Plano Safra 2026/2027, o Sicredi reforça seu compromisso com quem está no campo ao disponibilizar R\$ 72,1 bilhões em crédito rural, distribuídos em cerca de 340 mil operações — crescimento de 4,4% em relação ao ciclo anterior. Com uma carteira agro que soma R\$ 121 bilhões, a instituição se



Associados do Sicredi há 27 anos, a família de Ajuricaba vê no cooperativismo um apoio importante para seguir investindo no campo e manter os filhos na atividade rural

mantém como a principal financiadora privada do setor no País, com foco em apoiar o planejamento, a produção e a continuidade das atividades rurais.

Os recursos contemplam diferentes necessidades do produtor, com previsão de R\$ 27,6

bilhões para custeio, R\$ 15,4 bilhões para investimentos e R\$ 2 bilhões para comercialização e industrialização, além de R\$ 18 bilhões via CPR e R\$ 9 bilhões em operações em moeda estrangeira. Desse total, a maior parte segue direcionada a pequenos

e médios produtores, base da economia rural, que devem concentrar 88% das operações, fortalecendo a agricultura familiar, incentivando a sucessão no campo e garantindo mais segurança e perspectivas de crescimento para as próximas gerações.

Socorro aos produtores

MP 1.376 é considerada insuficiente para negociar dívidas do produtor gaúcho

Entidades do setor temem novo ciclo de dificuldades financeiras e impactos na próxima safra

Ana Esteves

A Medida Provisória (MP) 1.376, criada pelo governo federal para renegociar R\$ 100 bilhões em dívidas de produtores rurais afetados por sucessivas perdas climáticas no Rio Grande do Sul, é considerada insuficiente por lideranças do setor. Embora reconheçam que a medida representa um avanço em relação à ausência de uma solução, dirigentes afirmam que as regras deixam parte dos agricultores de fora e poderão limitar o acesso ao crédito do Plano Safra, reduzindo investimentos na safra de verão.

Segundo o presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul (Aprosoja/RS), Irineu Orth, o principal problema é que muitos produtores não conseguirão atender aos critérios da medida provisória e, sem a renegociação das dívidas, também terão dificuldades para obter novos financiamentos. “Vai ter produtor que não conseguirá renegociar

porque a medida provisória não contempla todas as situações. Quem ficar de fora também terá dificuldade para acessar o Plano Safra e isso deve refletir na próxima safra”, afirma.

O economista e professor da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica (Pucrs), Augusto Alvim, diz que MP repete um “padrão histórico brasileiro ineficaz”. Ele recorda que, desde a década de 1990, o Brasil realiza renegociações sucessivas de dívida rural praticamente todos os anos, sendo a mais emblemática a MP 432/2008 que permitiu a rolagem de R\$ 75 bilhões.

Na opinião do especialista, o problema central é que renegociar dívida sem tratar das causas é postergar a solução para o futuro: “cria descasamento entre o valor da dívida e a base patrimonial do produtor em cenário de preços agrícolas deprimidos e custos em alta. Produtor com margem estruturalmente negativa continuará endividado, apenas terá o problema transferido para futuro, perpetuando o ciclo de endividamento”.

Conforme o economista-chefe da Farsul, Antônio da Luz, o texto final da MP acabou frustrando grande parte dos produtores gaúchos e a principal crítica está na exclusão das operações



Agricultores afetados nos anos recentes por secas e enchentes sairão mais prejudicados, temem especialistas

realizadas por meio da Cédula de Produto Rural (CPR), modalidade que se tornou uma das principais fontes de financiamento dos agricultores diante das limitações do crédito oficial. Segundo o economista, justamente os produtores que buscaram alternativas para permanecer adimplentes, através da CPR, ficaram fora do principal benefício da medida.

“O Rio Grande do Sul é hoje o Estado com a carteira de crédito rural mais estressada do País. Muitos produtores recorreram à CPR para honrar seus compromissos, e essas operações ficaram praticamente fora da medida provisória”, afirma. Na avaliação da Farsul, a exclusão reduz significativamente o alcance da MP para os agricultores mais afetados pelas sucessivas estiagens e enchentes registradas nos últimos anos.

Para o coordenador de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Kaliton Prestes, a MP representa um “alívio” ao permitir o alongamento das operações de custeio renegociadas por até dez anos, com juros reduzidos para os produtores gaúchos. “A medida provisória foi muito importante porque oferece uma ferramenta para renegociar as dívidas. Ela dá fôlego aos agricultores, mas não resolve estruturalmente o problema do endividamento no Estado”, afirma Prestes. A entidade estima que cerca de 100 mil famílias de pequenos agricultores sejam beneficiadas pelas novas condições previstas na MP, incluindo operações de custeio, investimentos e financiamentos realizados por cooperativas de crédito.

Na avaliação do dirigente da

Aprosoja/RS, o cenário será diferente conforme a situação financeira de cada propriedade, pois agricultores que conseguiram renegociar dívidas anteriores e mantiveram capacidade de crédito deverão manter os investimentos. Já aqueles que seguem inadimplentes ou sem acesso ao financiamento tendem a reduzir custos.

A redução dos investimentos ocorre em um momento em que os produtores começam a planejar a safra de verão e a adquirir fertilizantes, sementes e demais insumos. Segundo Orth, a estratégia de parte dos agricultores será diminuir riscos financeiros, ainda que isso comprometa o potencial produtivo. “Haverá lavouras com menos tecnologia e, consequentemente, menor produtividade. Ainda é cedo para dimensionar esse impacto, mas ele certamente ocorrerá”, diz.



Para fontes consultadas pelo JC, renegociar dívida sem tratar das causas é postergar a solução para o futuro, o que pode manter endividamento de produtores

Modelo escolhido pelo governo prejudica agricultores

Outra crítica do setor está na forma como a MP estabelece a renegociação. Segundo Irineu Orth, da Aprosoja/RS, o texto considera o saldo atual da dívida junto às instituições financeiras, incorporando juros, multas e encargos acumulados ao longo das renegociações realizadas desde as primeiras perdas climáticas, registradas em 2022. Esse modelo mantém o estoque da dívida elevado e reduz a capacidade de recuperação financeira dos produtores. “Na prática, o agricultor começa a renegociação devendo mais.

Isso aumenta o valor das parcelas e prolonga o processo de recuperação econômica”, aponta.

Para ele, o modelo mais adequado seria o previsto no Projeto de Lei 5.122/2023, elaborado a partir de propostas construídas junto às lideranças do setor e parlamentares. O texto prevê que a renegociação seja feita com base nas condições originais do financiamento, antes da incidência de juros de mora, multas e demais encargos decorrentes das sucessivas prorrogações. Essa metodologia

reduziria significativamente o valor da dívida e daria melhores condições para que os produtores retomassem os investimentos.

“O projeto permitiria recalculer o financiamento desde sua origem. A dívida seria menor e o produtor teria condições mais favoráveis para voltar a investir”, diz Orth. Apesar das críticas, a avaliação é de que a MP deverá beneficiar uma parcela significativa dos agricultores. A estimativa é que entre 60% e 80% dos produtores consigam aderir às condições previstas.

Banco avalia que medida é positiva

Através de nota, o Banco do Brasil avaliou a MP 1.376 como “positiva para o setor produtivo” pois permite que a “maioria dos produtores impactados readequem seus compromissos e se mantenham na atividade produtiva”. A medida provisória permite que produtores rurais, com operações inadimplentes recentes e operações prorrogadas em situação de inadimplência possam adequar e reorganizar seus fluxos de

caixa em novas operações de crédito rural com taxas entre 5% e 12% e prazos de até dez anos, incluídos dois de carência, dependendo do porte e do percentual de perda. A operacionalização das medidas depende de regulamentação complementar pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e de ato do Ministério da Fazenda que estabelecerá as condições de equalização dos encargos financeiros.

Entrevista

Produtor precisa virar a página do endividamento para voltar a investir, afirma Leandro Gindri de Lima

Executivo da Central Sicredi Sul/Sudeste acredita que a MP de renegociação de dívidas pode dar fôlego a agricultores

Ana Esteves

Diante da crise enfrentada pelo agro gaúcho, a Medida Provisória (MP) 1.376, publicada neste mês pelo governo federal e que prevê a renegociação de parte das dívidas dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, surge como alternativa para aliviar a pressão financeira sobre o campo.

Para o diretor-executivo da Central Sicredi Sul/Sudeste, Leandro Gindri de Lima, embora a medida esteja longe de representar a securitização reivindicada pelas entidades do setor, ela pode oferecer o fôlego necessário para reorganizar o fluxo de caixa das propriedades e permitir que muitos agricultores retomem os investimentos.

“A MP permite alongar dívidas de curto prazo e reorganizar o fluxo de caixa. Isso ajuda muito quem precisa respirar para continuar produzindo”, avalia Lima. Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, ele defende a ampliação do seguro rural, incentivos à irrigação, diversificação das atividades e investimentos em sistemas produtivos mais resilientes às mudanças climáticas.

Jornal do Comércio – A MP 1.376 realmente representa um alívio para o produtor rural? O sistema financeiro já está preparado para colocar essa linha em prática?

Leandro Gindri de Lima – Embora ela não seja a tão esperada securitização, acreditamos que pode ser uma alternativa importante. O produtor vem acumulando dificuldades há vários anos e precisa, acima de tudo, de fôlego financeiro. A MP permite alongar dívidas de curto prazo e reorganizar o fluxo de caixa. Isso ajuda muito quem precisa respirar para continuar produzindo. Agora, estamos aguardando as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CNM), que vão regulamentar a medida e definir exatamente como ela será operacionalizada. O Sicredi vem se preparando desde o anúncio da medida, orientamos nossas cooperativas e estamos pedindo que os associados procurem as agências para manifestar interesse na renegociação. Também estamos



Leandro Gindri de Lima, diretor-executivo da Central Sicredi Sul/Sudeste

identificando as operações que poderão ser enquadradas. Tudo depende, agora, da regulamentação. Se as regras forem semelhantes às da MP anterior, conseguiremos operacionalizar rapidamente. Caso haja mudanças significativas, será necessário adaptar os sistemas.

JC – A medida será suficiente para atender todos os produtores?

Lima – Não. Ela certamente ajudará muitos agricultores, mas não todos. Ainda não sabemos, por exemplo, se haverá limite de recursos para cada instituição financeira. Se isso acontecer, inevitavelmente alguns produtores ficarão de fora. Além disso, existem operações que não serão contempladas. Portanto, ela representa um avanço importante, mas está longe de resolver toda a situação do endividamento rural. Mas precisamos recuperar o otimismo. Sabemos que os últimos anos foram extremamente difíceis, mas o produtor gaúcho sempre demonstrou capacidade de superação. É necessário reorganizar as finanças, aproveitar as oportunidades de renegociação, investir em eficiência dentro da propriedade e pensar em alternativas que aumentem a resiliência do sistema produtivo.

JC – O crédito rural perdeu força nos últimos anos devido ao crescente endividamento no Estado. Essa renegociação pode ajudar a destravar o crédito?

Lima – Nós percebemos uma desaceleração bastante significativa.

A carteira de crédito rural do Sicredi continua crescendo, mas em um ritmo muito menor do que vínhamos observando anteriormente. O produtor ficou mais cauteloso e, em muitos casos, sequer tinha condições de assumir novos financiamentos por causa do endividamento acumulado após várias frustrações de safra. Se conseguirmos virar essa página do endividamento, teremos condições de retomar os investimentos e construir um futuro mais sustentável para o agro gaúcho, pois enquanto o produtor permanece pressionado por dívidas de curto prazo, ele não consegue pensar em novos investimentos. Ao alongar esses compromissos, ele ganha tempo para reorganizar sua atividade e volta a olhar para oportunidades de crescimento. Isso é importante não apenas para o produtor, mas para toda a economia do Rio Grande do Sul.



Os últimos anos foram extremamente difíceis, mas o produtor gaúcho sempre demonstrou capacidade de superação

JC – E como fica essa “virada de página” diante dos desafios climáticos que vieram para ficar?

Lima – Precisamos trabalhar cada vez mais com propriedades resilientes e isso significa investir em irrigação onde houver viabilidade, melhorar a conservação dos solos, aumentar a capacidade de retenção de água e buscar alternativas produtivas. Não existe uma única solução. Cada propriedade precisa encontrar um modelo que reduza riscos e aumente sua sustentabilidade econômica. O Rio Grande do Sul possui enorme potencial em diversas cadeias produtivas, então o produtor não precisa ficar exclusivamente dependente de uma única cultura. Há oportunidades na pecuária, na olivicultura, na vitivinicultura, na produção de frutas e em diversas outras atividades. O importante é analisar a rentabilidade da propriedade como um todo e buscar alternativas que complementem a renda.

JC – O fortalecimento do seguro rural também passa a ser prioridade?

Lima – Precisamos de um seguro rural mais eficiente e mais abrangente. O Rio Grande do Sul sofreu quatro grandes perdas nas últimas sete safras e isso torna o seguro muito caro quando analisado apenas sob a ótica do Estado. É preciso pensar em um modelo nacional, que distribua melhor os riscos, permitindo oferecer proteção ao produtor com custos mais compatíveis.

JC – O cenário macroeconômico

Medida Provisória Nº 1.376, de 15 de julho de 2026

“Autoriza a criação de linhas de crédito para composição de dívidas para liquidação ou amortização de operações de crédito rural e de Cédulas de Produto Rural e autoriza a participação da União em fundo garantidor destinado à cobertura de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais afetados por eventos climáticos adversos.”
Conforme o governo, a medida visa apoiar agricultores e cooperativas que sofreram perdas significativas comprovadas em duas ou mais safras, entre 2019 e 2025, devido a eventos climáticos extremos, desastres naturais e impactos econômicos. A iniciativa abrange produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e a outras linhas de crédito rural, oferecendo prazos alongados e taxas de juros diferenciadas.

também dificulta a recuperação do setor?

Lima – A taxa Selic elevada impacta diretamente o custo do crédito, pois qualquer renegociação acaba ficando mais cara quando os juros permanecem altos. Esse é um fator que foge ao controle do produtor e das instituições financeiras. Por isso, além das medidas específicas para o agro, é importante que o ambiente econômico permita juros menores no futuro.

JC – Qual é a expectativa do Sicredi para o Plano Safra 2026/2027?

Lima – Nossa expectativa é ampliar o apoio ao produtor. No Rio Grande do Sul, pretendemos liberar cerca de R\$ 24 bilhões em operações de crédito rural entre custeio e investimento, um crescimento aproximado de 10% em relação ao ciclo anterior, quando foram liberados R\$ 22 bilhões.

Desenvolvimento Rural

Agroindústrias ampliam renda e ajudam a manter famílias no campo gaúcho

Diversificação da produção, agregação de valor e inovação fortalecem a agricultura familiar e criam oportunidades para a sucessão rural

Claudio Medaglia

Transformar a produção primária em alimentos processados deixou de ser apenas uma alternativa para pequenos agricultores gaúchos e passou a representar uma estratégia de permanência no campo. Ao agregar valor à matéria-prima produzida nas propriedades, as agroindústrias familiares ampliam a renda, diversificam os canais de comercialização e criam condições para que novas gerações permaneçam na atividade rural.

O avanço desse segmento também é percebido nas políticas públicas e nos números do Estado. A Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) divulgará na Expointer 2026 o primeiro Censo das Agroindústrias Familiares do Rio Grande do Sul, levantamento que ouviu 4.109 empreendimentos para traçar um diagnóstico do setor e orientar futuras ações voltadas ao segmento.

Segundo o secretário Gustavo Paim, a agroindustrialização representa uma das principais ferramentas para fortalecer economicamente a agricultura familiar. “A agroindústria é uma forma de pegar um produto do setor primário, agroindustrializá-lo, agregar valor e isso gera renda para o agricultor”, afirma.

A expansão também aparece nas feiras. Em 2023, a Expointer reuniu 372



Raquel Pellegrini (c) e os pais Anélio e Arlete conduzem a Casa do Sabor, agroindústria de Paraí, na Serra

agroindústrias familiares. Neste ano, foram homologadas 509 inscrições. O número de eventos apoiados pela SDR também aumentou: de cerca de 50 feiras anuais em 2023 e 2024 para uma projeção de aproximadamente 160 neste ano.

Para Paim, o crescimento do setor está diretamente ligado a um dos maiores desafios da agricultura familiar: garantir a sucessão rural. “Talvez o grande desafio hoje para o jovem permanecer no campo não seja preferir a cidade. É

a oportunidade de ter renda, qualidade de vida e conectividade”, avalia. O levantamento permitirá avaliar a efetividade das políticas públicas e orientar novos investimentos.

A avaliação é compartilhada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS). Para o assessor de Política Agrícola da entidade, Jocimar Rabaioli, a agregação de valor proporcionada pelas agroindústrias tem sido decisiva para manter jovens nas propriedades.

“A gente tem visto vários exemplos onde os jovens só estão ainda na propriedade em virtude das agroindústrias familiares”, destaca. Segundo ele, além de ampliar a renda das famílias, os empreendimentos criam espaço para que as novas gerações assumam funções estratégicas dentro do negócio, incorporando inovação e novas formas de comercialização. “O jovem consegue assumir o protagonismo dessas atividades, consegue inovar”, afirma.

Rabaioli também observa um

crescimento da participação feminina na gestão das agroindústrias. Segundo ele, as mulheres sempre estiveram presentes na rotina das propriedades, mas passaram a ocupar, cada vez mais, posições de liderança e gestão dos empreendimentos, movimento impulsionado também por políticas públicas específicas voltadas ao público feminino.

A trajetória da família Pelegrini, de Paraí, na Serra Gaúcha, ilustra esse processo. Durante décadas, a propriedade de sete hectares viveu da produção de leite. A baixa rentabilidade da atividade, porém, levou o agricultor Anélio Pelegrini e a esposa, Arlete, a buscar uma alternativa que permitisse manter os três filhos vinculados ao negócio da família.

A ideia de criar uma agroindústria surgiu há cerca de 20 anos. O projeto levou aproximadamente cinco anos para sair do papel e, há 15 anos, nasceu a Casa do Sabor.

Hoje a empresa produz cerca de cem itens, entre geleias, antepastos e molhos, elaborados principalmente com frutas cultivadas na propriedade, como amora, framboesa, mirtilo, nozes e laranja. A comercialização ocorre em feiras, para lojistas, por comércio eletrônico e, em menor escala, para programas de alimentação escolar.

Engenheira de alimentos e agricultora, a filha Raquel afirma que a decisão mudou o destino da propriedade. “Eu sinceramente acredito que, se não tivesse tido a agroindústria, hoje a nossa propriedade não existiria mais.”

Segundo ela, o empreendimento permitiu manter parte da família no campo – ela tem ainda dois irmãos – e transformou a realidade econômica. “Ela conseguiu nos manter na propriedade e trazer qualidade de vida.”

Da reinvenção da família à inovação orientada pelo consumidor

A mudança, afirma Raquel Pellegrini, foi especialmente significativa para os pais. Anélio iniciou a agroindústria aos 55 anos, depois de uma vida dedicada exclusivamente à atividade leiteira. Passou a participar de feiras, aprender técnicas de comercialização e ampliar o relacionamento com consumidores e outros produtores.

“A mudança maior foi para eles. Conseguir colher frutos agora, num negócio que deu certo, melhorou muito a autoestima e a qualidade de vida”, conta. A consolidação do negócio não aconteceu rapidamente. Segundo Raquel, foram cerca de oito anos até que a empresa alcançasse maior estabilidade econômica.

Nesse período, a família reinvestiu continuamente na ampliação da estrutura, no desenvolvimento de novos produtos e no aperfeiçoamento dos processos produtivos.

Um dos marcos foi o lançamento da linha de geleias sem açúcar, desenvolvida sem adoçantes artificiais a partir de estudos realizados durante sua graduação em Engenharia de Alimentos. A linha tornou-se uma das mais importantes da empresa.

“Quando a gente trabalha sério, trabalha com qualidade, o resultado é mais lento, mas ele vem firme.”

A estratégia permanece baseada na inovação orientada pelas demandas do mercado. Na Fenadoce

deste ano, a Casa do Sabor lançou uma coleção de minigeleias organizada em kits temáticos para consumo e presentes. Novidades também estão previstas para a Expointer.

Para Raquel, inovar significa ouvir o consumidor. “A principal função de um lançamento tem que ser responder ao que os clientes querem.”

Além do desenvolvimento de produtos, a família passou a investir no comércio eletrônico e na comunicação pelas redes sociais. “Aprender a ser influencer do próprio negócio foi um grande desafio. Se a gente não for, ninguém vai fazer como a gente faz.”

Para o secretário Gustavo Paim,

essa combinação entre tradição e inovação ajuda a explicar o crescimento das agroindústrias familiares gaúchas. “Esses produtos têm por trás uma origem, uma tradição, uma família, uma história.”

Na avaliação do secretário, quando os jovens assumem espaço dentro desses empreendimentos, preservam esse patrimônio cultural ao mesmo tempo em que incorporam novas tecnologias, ampliam mercados e fortalecem a competitividade das pequenas propriedades. Isso, afirma, torna a agroindustrialização uma das principais ferramentas para garantir o futuro da agricultura familiar no Estado.

Censo das Agroindústrias Familiares do RS

Lançado em março deste ano durante a Expodireto, o primeiro Censo das Agroindústrias Familiares do Rio Grande do Sul ouviu 4.109 empreendimentos gaúchos. A partir disso será traçado um diagnóstico do setor, o que orientará futuras ações voltadas ao segmento, além de direcionar a destinação de verbas e políticas públicas. Realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, o censo foi aplicado com a ajuda de extensionistas da Emater. Os resultados serão apresentados na Expointer 2026.

Dia do Produtor Rural

Commodities agrícolas seguem pressionadas e limitam recuperação da renda no campo

Grãos perderam rentabilidade e mercado nos últimos anos

Ana Esteves

Depois de dois anos marcados pela queda nas cotações internacionais de soja e milho, produtores gaúchos começam a enxergar uma leve melhora no mercado das commodities agrícolas. A recuperação, porém, ainda é insuficiente para reverter os problemas de rentabilidade acumulados nos últimos anos.

A soja apresenta um cenário de maior estabilidade após meses de forte volatilidade. As negociações para contratos futuros nos portos brasileiros já giram entre R\$ 140 e R\$ 145 por saca, acima dos valores registrados na última safra, mas ainda sem configurar uma recuperação expressiva.

“Existe uma expectativa positiva para os preços, mas ela é muito moderada. O mercado está mais estável, porém ainda distante de uma valorização significativa”, afirma o sócio e coordenador regional da Safras & Cifras Consultoria Agropecuária, Alessandro Acosta.

No milho, o cenário é ainda mais incerto: o mercado permanece sensível às oscilações do petróleo e às discussões sobre o avanço dos biocombustíveis, fatores que influenciam diretamente a demanda por etanol e, consequentemente, pelas cotações do cereal.

Para o coordenador de inteligência de mercado da Hedgepoint Global Markets, Luiz Fernando Roque, o aumento da oferta brasileira

de grãos é um dos principais fatores por trás da desvalorização das commodities. O País colheu duas safras recordes consecutivas de soja e milho, elevando significativamente a oferta disponível e pressionando as cotações internas. “Quando se colhem safras muito grandes, a oferta cresce mais do que a demanda e isso resulta em estoques maiores, prêmios mais fracos e preços menores ao produtor”, explica Roque.

Segundo o coordenador de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Kaliton Prestes, aproximadamente 22% da produção gaúcha de soja está nas mãos de agricultores familiares. “O movimento de queda das commodities é mundial e acaba atingindo diretamente a agricultura familiar”, afirma.

Na avaliação do dirigente, um dos fatores que explicam a retração dos preços é a estratégia adotada por grandes países importadores, especialmente a China, que vem ampliando sua produção interna para reduzir a dependência das importações brasileiras, argentinas e norte-americanas. O efeito, entretanto, vai além da soja: a redução da demanda internacional também influencia toda a cadeia de proteínas animais, pressionando preços do gado e de outros segmentos ligados às exportações.

A melhora pontual nos preços não significa incremento da rentabilidade do produtor, pois o problema se deve também ao custo financeiro elevado enfrentado pelas propriedades rurais. Segundo Acosta, com a elevação da taxa básica de juros e a necessidade de contratação de

seguros e outros produtos vinculados ao crédito rural, o custo do financiamento passou a representar um dos principais componentes do orçamento das propriedades.

Além disso, muitos produtores ampliaram investimentos durante o ciclo de forte valorização das commodities, observado no período pós-pandemia de Covid-19. A reversão desse cenário, combinada às sucessivas frustrações de safra no Rio Grande do Sul, agravou o nível de endividamento. “O produtor surfou a onda das commodities valorizadas, contraiu dívidas e agora enfrenta um cenário completamente diferente. Além das perdas climáticas, houve, em muitos casos, falta de planejamento financeiro para suportar uma mudança de ciclo”, avalia Acosta.

No setor arrozeiro, o problema dos preços do cereal se estende por mais de dois anos, e se deve a dois fatores preponderantes, segundo o presidente do Instituto Riograndense do Arroz (Irga), Alexandre Azevedo Velho: o excedente de arroz no mercado, desde a safra passada e a redução do consumo do alimento. A entidade considera necessária uma redução de pelo menos 10% na área cultivada para equilibrar oferta e demanda e favorecer a recuperação dos preços, fator que mantém as cotações deprimidas. Além disso, defende incremento nas exportações dos atuais 10% a 20% da produção para cerca de 30%. “O aumento das vendas externas ajudaria a reduzir a oferta interna e fortalecer as referências de preços no mercado doméstico”, diz o dirigente. O Irga trabalha em conjunto com a Abiarroz e



CNA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Especialistas avaliam que aumento da oferta levou à desvalorização

a ApexBrasil e negocia parceria com a Invest RS para ampliar mercados para arroz em casca, beneficiado e quebrado. O dirigente explica que o custo médio de produção está próximo de R\$ 80 por saca, enquanto o produtor recebe entre R\$ 67 e R\$ 68, gerando prejuízo superior a R\$ 10 por saca. “Remuneração baixa aliada a custos de produção em elevação terão reflexo direto na safra de verão, com a possível redução de área de arroz”, afirma.

A recomendação da entidade é reduzir investimentos e concentrar o cultivo apenas em áreas de maior produtividade, priorizando a sustentabilidade financeira da propriedade. “As áreas menos rentáveis devem ser retiradas da produção para evitar aumento dos prejuízos”, aponta.

O Irga mantém investimentos em pesquisa para desenvolver cultivares mais produtivas e resistentes à brusone. A previsão é lançar duas novas variedades de arroz de ciclo

médio ainda neste ano, com sementes disponíveis comercialmente em cerca de dois anos.

Para Roque, uma das saídas seria concentrar esforços naquilo que está sob controle dos produtores: a gestão da propriedade. “O agricultor não controla o mercado, ele depende da oferta, da demanda, do câmbio e até de fatores geopolíticos. O que ele pode controlar é o momento da venda”, avalia.

Segundo o analista, os produtores que conseguiram atravessar melhor os últimos anos foram justamente aqueles que mantiveram planejamento financeiro rigoroso e souberam aproveitar as oportunidades de comercialização oferecidas pelo mercado. “Ter as contas bem organizadas e acompanhar o mercado faz toda a diferença. Os produtores que conseguiram vender em momentos mais favoráveis sentiram menos o impacto das margens apertadas”, diz Roque.

28 julho

Dia do
**AGRI
CUL
TOR**

O Jornal do Comércio
homenageia quem produz,
inova e move o Rio Grande.

Na Expointer 2026, nossa casa
estará de portas abertas para
receber você.

Venha nos visitar!

Jornal do Comércio 93
O jornal de economia e negócios do RS ANOS



No Dia do Agricultor, quem faz o Brasil girar, tem com quem contar.

Tem gente que planta muito mais do que sementes.
Planta desenvolvimento, oportunidades e futuro.
Neste Dia do Agricultor, o Sicredi reforça seu compromisso
de seguir ao lado de quem move o campo e faz o Brasil
prosperar. Uma parceria que já dura mais de 120 anos.

Homenagem do Sicredi
ao **Dia do Agricultor**.

Abra sua conta.



 **Sicredi**